

*Minas Gerais nos caminhos da história agrária: uma viagem inacabada**

Maria Yedda Leite Linhares**

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência mineira: São João del Rei (1831-1888)*, São Paulo, Annablume, 2003.

A prática da História Agrária, como atividade regular de pesquisa nos cursos de pós-graduação das universidades brasileiras, é relativamente recente. Vincula-se, de modo especial, às possibilidades de localização e exploração sistemática de fontes suscetíveis de serem seriadas e analisadas com recurso à quantificação dos dados e uma certa sofisticação metodológica. A introdução dos cursos de pós-graduação, de forma sistemática, nos níveis de Mestrado e Doutorado, a partir do final dos anos Setenta do século recém-terminado, abriu com indiscutível sucesso a possibilidade de formar em quantidade e, sobretudo, em qualidade uma nova categoria de jovens mestres e doutores, capazes de prover a expansão

do ensino universitário no País. No tocante à nossa Disciplina, algo é certo: a produção historiográfica brasileira de cunho universitário tem-se mostrado capaz de acompanhar as tendências inovadoras no plano internacional, ao mesmo tempo em que ostenta autonomia e criatividade no uso das fontes. A tese que ora se edita, sob o título *A Princesa do Oeste e o mito da decadência mineira*, é um exemplo desta nova prática acadêmica, capaz de assegurar a reprodução do saber letrado e a qualidade dos professores de História no nosso País.

A História Agrária, no entanto, teve dificuldade de fixar raízes no Brasil, em parte pelo seu caráter eminentemente regional e, ainda, no tocante à lentidão da

* Resenha recebida em maio de 2003 e aprovada para publicação em dezembro de 2003.

** Professora Emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

pesquisa pautada em fontes numerosas e extensivas. Daí o seu caráter estrutural – em larga medida – o que se traduz na observação do passado através de um certo olhar fixado mais nas estruturas – o que se move muito lentamente – sem o encanto do acontecimento que se renova e se move a cada instante no ritmo nervoso e fugidio do cotidiano. As pesquisas monumentais que marcaram as grandes Teses *d'Etat* das Universidades francesas, desde o pioneirismo de Lucien Febvre, ainda no início do século (1911), Felipe II e o Franco-Condado, até as análises do início da segunda metade dos anos 1900 (E. Le Roy Ladurie, Bartholomé Bennassar, Pierre Vilar, Jean Bouvier, Pierre Goubert) e, um pouco mais recentemente, no Brasil baiano de Katia M. de Queirós Mattoso, apresentado à Universidade de Paris IV – Sorbonne, como doutorado de Estado em 1986, publicado no Brasil, em 1992, com o título *Bahia Século XIX – uma Província do Império*. É com prazer que assinalamos a importância da contribuição de Katia Mattoso no desenvolvimento de tendências renovadoras na historiografia brasileira. Um de seus frutos mais distantes aqui está, nesta tese mineira que temos o prazer de apresentar ao leitor.

Da mesma forma, resalto a influência inestimável e amiga de Frédéric Mauro, que, ao longo de várias décadas, tanto em Toulouse quanto em Paris (após 1967), desempenhou um papel decisivo na orientação de bolsistas brasileiros na França, na organização de seminários com nossos jovens aspirantes à vida universitária, nas visitas periódicas a São Paulo e ao Rio de Janeiro, dando uma contribuição importante para renovar a

pesquisa histórica no Brasil. Poucos como ele ajudaram na formação, entre nós, de novos quadros universitários, professores e historiadores. Mauro e seus colegas franceses produziram obras que marcaram época e assinalaram a importância de uma corrente histórica pautada na observação de um tempo longo, o tempo das estruturas – as grandes vagas de que nos falava Fernand Braudel. No Brasil, esta tendência custou a se manifestar, viajando por vezes entre Paris, Salvador e Rio de Janeiro, com lentidão e certa parcimônia, em parte pelas características da Universidade brasileira de então. Segundo elas, cabia ao catedrático a exclusividade da atividade docente, sem formação, ele mesmo, de pesquisador, via de regra, salvo os raros casos, sobretudo na área médica – o que, aliás, serve para confirmar a regra geral.

Tal História, de caráter regional e olhada do ângulo do tempo longo (a longa duração), encontrou em Minas e no Rio de Janeiro um campo privilegiado de observação e pesquisa, quer na sua vertente demográfica, quer no ângulo da produção regionalizada, do cotidiano local e suas práticas administrativas. Minas, como o Rio de Janeiro e os sertões nordestinos, teriam sua história marcada pelo signo da decadência, do marasmo, salvo no caso das terras fluminenses (vale do Paraíba), sob a proteção de um Estado Nacional nascente, as quais conheceriam um ciclo cafeeiro fulgurante e passageiro – o tempo de vida de cafezais deixados ao sabor das chuvas, das secas, das florestas em extinção e do trabalho escravo, já alvo de discussões e de algumas tímidas investidas desfavoráveis.

É importante lembrar que, a partir das duas últimas décadas do século, a

Universidade brasileira iniciava um movimento de mudança profunda e que se traduziu, em parte, na institucionalização dos cursos de pós-graduação. Neste momento, pensou-se em investir no professor como gerador de conhecimento e sua reprodução. Deste momento em diante, seria lícito falar de uma nova historiografia brasileira, a partir de uma universidade de cunho nacional mais capacitada a atuar no plano regional, em alguns casos com visão internacional, de forma competente e consciente do conhecimento que ela é capaz de gerar? Acredito que sim e acredito, em consequência, no fato de que a publicação de suas pesquisas, de suas propostas de nova interpretação e nova fonte deva ser do conhecimento da sociedade como um todo e da comunidade acadêmica, em particular, permitindo, assim, o acesso do novo aos interessados, abrindo modalidades diversas de debate quanto aos saberes construídos.

Esperamos que a publicação da tese de Afonso de Alencastro Graça Filho venha contribuir para aprofundar a discussão sobre, de um lado, a história econômica e sua atualidade no conjunto da historiografia brasileira, em geral, e das Minas Gerais, em particular, ao longo do século XIX, e, de outro lado, a sua compatibilidade com as mais variadas tendências atuais de explicação do passado/presente. Esperamos ainda que o texto consiga dirimir dúvidas que, porventura, subsistam sobre a propalada decadência de Minas, a partir do final do século XVIII, em virtude do esgotamento dos veios auríferos. Hoje (como há vinte anos), apresenta-se como insustentável a versão historiográfica dos ciclos econômicos segundo a qual os movimentos inter-

nos de expansão dependeriam de forma sistemática do impulso de um fator externo determinado pela conjuntura internacional.

O Brasil teria, assim, sido gerado para atender a determinações externas de maneira praticamente incontrolável. Esta versão dos ciclos econômicos e da dependência externa de movimentos internos de expansão teve vida longa, ainda está presente em livros didáticos e nas salas de aula dos primeiros graus de ensino, embora não mais sustentável face às atuais correntes da produção universitária brasileira. Imaginemos a situação em que os brasileiros bradassem: somos vítimas indefesas de inimigos externos incontroláveis! É mais do que óbvio que a explicação de nossos males deve ser buscada aqui mesmo – no sistema econômico vigorante (a quem beneficia?) e nas relações internas no tocante à natureza do trabalho e da distribuição da renda, no controle do poder, o que não impede suas vinculações e determinações a partir de um sistema internacional. As duas pontas, a interna como a externa, são encaradas na sua relação dialética.

Afonso Alencastro dialogou, ao longo de quatro anos, com seus colegas mineiros, pesquisou extensos corpos documentais manuscritos (Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Arquivo Público de Minas Gerais, Biblioteca Municipal de S. João Del Rei), chegando a abranger praticamente a totalidade da documentação de sua região-objeto (museus regionais e arquivos locais, a Santa Casa de Misericórdia), além das bibliotecas de pesquisa do Rio de Janeiro e de Minas, a extensa documentação de viajantes e cronistas do século XIX, assim como a produção

historiográfica vinculada ao tema. É óbvio que algumas coisas lhe escaparam. Seu texto poderia ter sido enriquecido com a inclusão de outras leituras. Alguns poderão dizer: por que não incluir na construção do texto a clássica tese de Mafalda Zamella sobre o abastecimento das Minas Gerais? Ou, ainda, por que não uma discussão envolvendo W. Abel, Slicher Van Bath, Witold Kula? Talvez mesmo uma discussão mais ampla sobre os critérios de regionalização. Estas e outras questões poderiam ser suscitadas, mas resta saber: até que ponto elas seriam totalmente cabíveis, necessárias e possíveis nos limites de uma tese universitária? Tais sugestões são pertinentes em debates acadêmicos, seminários de pesquisa e discussões entre especialistas.

A publicação deste livro é importante. Seu autor, carioca radicado em São João Del Rei, onde exerce a sua profissão de Professor Universitário e Pesquisador em História, é membro, portanto, da comunidade científica de seu estado adotivo, ao lado de colegas com os quais dialogou ao longo desta pesquisa e com os quais convive nos encontros de historiadores. Como se depreende pela leitura desta tese, e ao longo da sua elaboração, o autor manteve, e até hoje, um diálogo com seus colegas de História e de preocupações temáticas, entre os quais Roberto Borges Martins, Clotilde Andrade Paiva, Douglas Cole Libby, colegas de outros estados, como Robert Slenes e João Fragoso, e historiadores mineiros dedicados à tarefa de desvendar novos caminhos para o estudo de sua sociedade, impasses e avanços. É o debate que persiste no cotidiano da vida acadêmica, em seminários, colóquios e congressos, parte de nossa vida profissional.

Minas Gerais não se apresenta mais envolta naquela aura de riqueza possível pelo ouro e pelos diamantes de um século de grandezas e, logo em seguida, mergulhada na mais profunda decadência de suas elites e de sua bela arquitetura barroca. Sua história se prolonga pelo século XIX e chega ao século XXI cheia de vida, de realizações, em que riqueza e pobreza se entrelaçam e se entrecocam no difícil cotidiano de um povo que, a duras penas, constrói seu presente. Cotidiano este tão difícil quanto aquele que ficou no passado do ouro, do gado, dos senhores de escravos e do trabalho cativo, da mineração e das fábricas. Cabe ao historiador tentar compreender e, sobretudo, procurar dar alguma explicação para perguntas e dúvidas. Do final do século XVIII até o início do século XX, destaca-se Minas Gerais não como o cenário de uma província marcada pela lembrança de passado faustoso e, sim, como parte de um país que se constrói no cotidiano da atividade agrícola, do mercado interno, de múltiplas atividades de natureza econômica.

Nosso autor não faz uma história de Minas Gerais. Seu tema é a elite mercantil de São João Del Rei, sua burguesia em crescimento, interessada em aumentar suas fortunas, fortalecer suas posições de mando local, investir nos negócios, através de práticas usurárias e do controle do crédito mercantil em meio a um mundo rural que se endividava e empobrecia. Na falta de uma política de crédito rural tão clamada pelos produtores, emerge a figura do agiota, principal personagem de uma prática financeira nociva, cada vez mais generalizada entre organizações beneficentes, fazendeiros, profissionais

liberais. Esta é uma tese que contribui efetivamente para refazer a chamada historiografia da decadência mineira, bem como a ilusão de uma sociedade rural de caráter aristocrático e escravista, voltada para o mundo atlântico, ao assinalar, no tocante ao quadro econômico do sul de Minas, a predominância da fazenda escravista produtora de alimentos para o mercado interno. É equiparável às grandes e médias fazendas da agroexportação em termos do padrão de posse de escravos e concentração fundiária.

Restrita ao sul de Minas, no entanto, suas conclusões fazem parte de uma história hoje mais rica e mais conhecida de um Brasil agrícola, marcado, de um lado, pelo trabalho servil e, de outro, por uma burguesia que desempenhava o papel de elite mercantil voltada para o controle do poder no mundo agrário. A diferença é que o seu mundo é dominado por uma economia capaz de produzir alimentos e abastecer o mercado interno, na medida em que o Brasil começava a se voltar sobre si mesmo.